

Temporada de Caça

Cara a cara com a repórter Marília Gabriela, o economista José Carlos Alves dos Santos confirmou domingo na televisão o peso comprometedor de Brasília nas revelações que mancham o Orçamento da União, comprometem as relações entre Executivo e Legislativo e envergonham a opinião pública. Ele chegou menino à capital e adquiriu o estigma de cidade que atraía indistintamente quem quer que estivesse à procura de oportunidade.

A moral do pioneirismo deixou a sua marca na cidade erguida a toque de caixa numa região de baixa densidade econômica e que, depois de inaugurada, passou a dividir com o Rio a responsabilidade da gestão federal. A pressa dos governos militares em cortar o cordão umbilical com a antiga capital entregou Brasília ao espírito de aventura, com as consequências morais que se suspeitava mas só agora se comprovam na sua extensão desconcertante.

O ex-diretor da Divisão de Orçamento da União, José Carlos Alves dos Santos, testemunhou, na sua ascensão funcional fulminante, o sentido aético que se apropriou da burocracia no Planalto Central, aonde não chega o eco dos centros formadores de opinião pública, como São Paulo, Rio, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba. Depois de tudo que revelou à CPI, o personagem central dessas atordoantes revelações declara que não tinha e não tem o menor resquício de culpa, pois foi convidado pela sua capacitação técnica e, apenas nessa condição, serviu aos anões orçamentários. Ou seja, repete Pilatos. Os ladrões são os outros: ele foi apenas o especialista contratado.

A completa ausência de escrúpulos no trato do interesse público não teve registro significativo antes do advento de Brasília. Era tudo episódico. Depois, com a cobertura militar e a censura aos meios de comunicação, a capital se identificou com a multiplicação de privilégios coletivos e a margem de apropriação indébita reservada aos bem situados na hierarquia funcional. A surpresa chocante é o envolvimento do Congresso em escala acima do imaginado pelo contribuinte brasileiro e eleitor periódico. Mas há também uma razão específica: o autoritarismo pagou com privilégios invejáveis a convivência de deputados e senadores que aceitaram o preço da manutenção do mandato ocioso.

O autoritarismo semeou a desmoralização e colheu os resultados a longo prazo, sem imaginar

que um dia a nação pudesse lastimar que o Congresso tenha sido poupado. Os congressistas tiveram tudo pago pelos governos militares como prêmio de comportamento, e não de aplicação legislativa. Não podiam fazer leis nem dependurar-se no Orçamento, mas tinham viagens semanais aos seus estados (a pretexto de contato com as bases) e ao Rio (sem pretexto). As contas de telefone, correios, aquisição de automóveis, gasolina, ajuda de custo para viagens ao exterior, serviços gráficos pagos pelo contribuinte forraram o mandato e insensibilizaram os representantes do povo. O resto foi consequência.

A inesperada hora da verdade apanhou de surpresa os que se anestesiaram pelo sentimento de impunidade. A instituição reagiu com presteza e apura as responsabilidades, mas é deprimente o espetáculo de se fazerem de inocentes os que têm a culpa estampada no rosto e nos cheques. Diante do que se confirma, o que se suspeita ganha foros de verdade. Brasília se mostra espantosamente fecunda em falcatruas com dinheiro público, na insensibilidade que a neutraliza e na emulação de não deixar que o espetáculo se interrompa.

Há indícios de macartismo inconsequente, com as características da falta de senso moral, em gestação na própria camada burocrática que exprime o sentimento social de uma cidade a que falta a sociedade como se entende a parcela da população que não depende do governo. Brasília é burocracia e sentimento de privilégio. A falta de responsabilidade social, com a maioria apenas de passagem, ensaia temporada de caça aos desafetos pessoais e ao competidor funcional ou político.

No que diz respeito a Brasília, o sentimento dominante desacelera qualquer iniciativa e deixa que tudo se resolva sem ser resolvido, pela lei da inércia. Ainda não há sinais de arrependimento para a penitência que a opinião pública espera dos políticos. Nada indica que se tenha encerrado o ciclo em que a vida pública era opção a uma forma de enriquecimento rápido, a ser garantida pela imunidade para os que se elegem e pela impunidade para os demais.

A nação, no entanto, sem as tentações que a perturbavam no passado, evidencia outros sinais de amadurecimento democrático: é nas urnas que se julgam os políticos. Exceto, em caso de necessidade, quando os próprios representantes políticos se antecipam e punem a falta de decoro com a cassação do mandato dos seus pares indignos.